

## DE EOSTRE A EASTER: RESSIGNIFICAÇÃO DE UM CULTO PAGÃO NA INGLATERRA MEDIEVAL?

Nathany Andrea Wagenheimer Belmaia<sup>1</sup>

**Resumo:** No início do século VIII, em *De Tempora Ratione*, o monge Beda, o Venerável, apresentou uma relação que vinculou o mês de abril do calendário inglês antigo com Eostre, uma provável deusa da primavera, cujo culto teria sido ressignificado pela Páscoa cristã. Devido à falta de outras evidências que atestassem essa adoração, Beda foi por vezes acusado de invenção dessa relação, que criara uma fantasia etimológica em torno de uma influência pagã em uma das maiores festividades do calendário litúrgico da Igreja medieval. No entanto, quais elementos podem ser considerados no estudo dessa asserção de Beda? Com o auxílio da linguística, da relação etimológica com as placas das *Matronae Austriahenae* e da carta do Papa Gregório I para a missão de Agostinho no sul da Grã-Bretanha em 600 d.C., o intento do presente trabalho é investigar a possibilidade da existência do culto à Eostre e sua ressignificação pela Páscoa cristã na Inglaterra dos séculos VII e VIII.

**Palavras-chave:** Páscoa; Eostre; ressignificação; matronas; *Austriahenae*.

## FROM EOSTRE TO EASTER: A PAGAN CULT RESIGNIFICATION IN MEDIEVAL ENGLAND?

**Abstract:** At the beginning of the eighth century, in *De Tempora Ratione*, the monk Bede, the Venerable, presented a report that linked the month of April from the old English calendar with Eostre, a probable goddess of spring, whose worship would have been resignified by the Christian Easter. Due to the lack of other evidence attesting that worship, Beda was sometimes accused to have created this relationship, which was just an etymological fantasy around a pagan influence in one of the biggest celebrations of the liturgical calendar of the medieval Church. But what elements could be considered in the study of this assertion from Beda? With the help of linguistic studies, the etymological relationship with the plates of *Matronae Austriahenae* and the letter from Pope Gregory I to Augustine's mission in southern Britain in 600 AD, the goal of the present work is to investigate the possible existence of a cult for Eostre and its resignification from the Christian Easter in England in the centuries VII and VIII.

**Keywords:** Easter; Eostre; resignification; matrons; *Austriahenae*.

---

\* O trabalho é fruto da dissertação de mestrado defendida pela autora em 2016, intitulada “*De Pessach a pascha, de Eostre a Easter: um estudo da normatização e das ressignificações da Páscoa no mundo antigo e medieval*”.

<sup>1</sup> Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Graduada em Ciências Sociais pela mesma instituição. E-mail: nathy\_bel@yahoo.com.br.

## Introdução

E a lenda do coelhinho de Páscoa que traz “um ovo, dois ovos, três ovos assim” continua a ser recontada para as crianças. No Brasil e em alguns outros lugares do mundo, os pais escondem pela casa os doces “trazidos pelo coelho”, promovem caça aos ovos e abarrotam as geladeiras de chocolates (e a história do “coelhinho da Páscoa” se repete substancialmente nos produtos comercializados nos supermercados).

Em alguns países da Europa, a Páscoa é também celebrada com motivos primaveris. Na Alemanha, por exemplo, além dos coelhos e míni-ovos, são encontrados também flores, joaninhas de chocolate, decorações em tons pastéis de rosa, de verde, de amarelo e de lilás, além dos ovos pintados à mão, que servem tanto para ornamento quanto para jogos com as crianças. Já na Inglaterra, as crianças costumam usar chapéus de flores. Isso significa que na comemoração popular, geralmente, os símbolos que caracterizam o período pascal são coelhos, ovos e, em alguns lugares, a primavera. Mas, a que esses motivos estariam ligados, já que aparentemente não guardam qualquer relação direta com os símbolos judaicos e cristãos, as duas religiões que celebram a Páscoa?

No capítulo XV de *De Tempora Ratione*, um tratado cosmológico e teológico do mundo medieval escrito pelo monge inglês Beda<sup>2</sup> em 725 d.C. (CISNE, 2005, p. 1306), é estabelecida uma correspondência entre o mês em que a Páscoa geralmente ocorria com o *eosturmonath* do calendário inglês antigo, cujas festividades eram dedicadas a uma deusa chamada Eostre, conforme segue:

*Eosturmonath*, que tem um nome agora traduzido como "mês pascal", foi chamado assim depois de uma deusa deles nomeada Eostre, em cuja honra, festas eram celebradas naquele mês. Agora eles designaram pelo seu nome a temporada pascal, chamando as alegrias do novo rito pelo nome consagrado no tempo da antiga observância (BEDA, *Tempora Ratione*, XV, tradução nossa).

Em uma tradução livre do germânico antigo, a palavra *eosturmonath* poderia ser desmembrada em *monath*, mês, e *eostur*, uma deusa nomeada Eostre, e este mês, que era especialmente dedicado a ela, equivalente a abril (mês da entrada da primavera no hemisfério norte), segundo Beda, teria sido “traduzido pelo mês pascal”.

---

<sup>2</sup> Beda, também conhecido como Venerável Beda, foi um monge do século VII que habitou os mosteiros de Jarrow e Monkwermonth na Inglaterra. Sua obra mais famosa é *Historia ecclesiastica gentis Anglorum* (História eclesiástica do Povo Inglês). Fez também trabalhos nas áreas de linguística, *computus* e astronomia, como o *De Tempora Ratione*.

Alguns autores, como Hilário Franco Junior (1992: 29), apontam que, durante a cristianização da Europa, diversos traços das religiões pagãs<sup>3</sup> foram ressignificados. Algumas festividades pré-cristãs eram associadas à mudança das estações do ano, como a celebração do final do inverno, o Carnaval, que expressava alegria pelo renascer da natureza, marcada pelo consumo excessivo de comida e bebida (dado que a primavera chegaria para renovar a colheita e os estoques), e disso teria advindo a “liberdade” do comer – *carne vale*. Entretanto, até que a primeira colheita pudesse ser feita, as celebrações teriam que ser comedidas para que as reservas não se esgotassem. A esse período de frugalidade, já marcado como uma das etapas do festejo, o cristianismo teria atribuído um caráter penitencial: a Quaresma, que mantinha o contraste com o Carnaval, intercalando manifestações de esbanjo sucedidas por abstinências, jejuns alimentares e sexuais (FRANCO JR., 1992: 30).

Os festejos de verão centravam-se nas proximidades do solstício, vinte e um de junho, o dia mais longo do ano no hemisfério norte. A partir desse momento, a duração dos dias começaria novamente a diminuir, por isso, alguns povos pré-cristãos acendiam grandes fogueiras no intuito de continuar “realimentando” o sol. Acreditava-se que cantos, danças e saltos sobre as fogueiras ajudariam a afastar os maus espíritos nas colheitas. Franco Jr. (1992: 31) afirma que essas tradições foram identificadas com a festa de São João Batista, aquele que teria surgido “como uma chama de fogo”. Já o outono, estação que prenunciava a chegada do inverno, marcava o início da decadência da agricultura, sendo associado, por isso, à ideia de morte.

Significativamente a cristianização da data transformou-a na festa de São Miguel (29 de setembro), o arcanjo que se encarrega das almas dos mortos. Mas, o dia dos mortos, tanto na tradição pagã mais difundida quanto na sua cristianização desde fins do séc. X, estava colocado em 02 de novembro, bem no meio do outono. Apesar dessa inclusão no

---

<sup>3</sup> Segundo Brown (1996: 55), as palavras “pagão” e “paganismo” começaram a ser utilizadas no final do século IV pelos cristãos para sublinhar o estatuto marginal do politeísmo frente à ascensão monoteísta cristã. Em sua origem, *paganus* significava “subalterno”, identificando os civis quando comparados aos militares. Em *Historiarum Adversus Paganos* (416 d.C.) de Orósio, acrescenta mais uma categoria de exclusão no termo: “Foi dito a politeístas cultos, notáveis das cidades e até membros do Senado romano que a sua religião era provinciana, de homens do pagus, de *paysans*, de *paesanos*” (BROWN, 1996: 55), ou uma religião de “camponeses”, à parte das mudanças no Império Romano. Essa atribuição teria criado uma dicotomia entre o “urbano” de cultura cristã e os “pagãos” que preferiam seguir o antigo sistema religioso (cf. FINNERAN, 2005: 92). Assim, “pagão” e “paganismo” passaram a referir-se a uma gama diversa de crenças não oriundas da matriz cristã ou judaica. Ainda que distante do sentido que deu origem à palavra, muitos séculos se passaram e “paganismo” continuou designando diversas formas de expressão religiosas de diferentes culturas pré-cristãs, posteriormente condensadas a uma única categoria.

## DE EOSTRE A EASTER: RESSIGNIFICAÇÃO DE UM CULTO PAGÃO NA INGLATERRA MEDIEVAL?

calendário litúrgico e das admoestações eclesiásticas, não desapareceu completamente o hábito cristão primitivo de se banquetear junto aos sepulcros, tangenciando a prática pagã de realizar sacrifício aos mortos (FRANCO JR., 1992: 32).

Os exemplos acima revelam que algumas festividades do calendário litúrgico cristão podem ter sido relacionadas com as religiões pré-cristãs. O caso da Páscoa ainda manifesta a diferença latente entre as palavras que nomeiam a celebração nas línguas inglesa e alemã, *Easter* e *Ostern*, que diferem de todas as outras utilizadas em outros países, advindas do radical *pascha* (uma derivação latina de *Pessach*), que nomeia a *Páscoa* no português, como *Pascua* no espanhol, *Pasqua* no italiano, *Pâques* no francês, a *Páscha* no grego, *Paskha* em russo ou *Påske* no norueguês. As palavras *Easter* e *Ostern* estariam de fato ligadas à deusa Eostre, e o relato de Beda sobre a ressignificação do mês dedicado a essa deusa pela Páscoa cristã estaria correto? Apesar da relação aparentemente fazer sentido, devido à falta de outras evidências, entre os debates ocorridos ao longo de muitos séculos, o monge foi muitas vezes acusado de invenção da relação etimológica e, por conseguinte, invenção do culto a uma deusa que, segundo Page (1995, p.125) nunca teria existido, criando uma “fantasia” em torno de uma influência pagã sobre a Páscoa. Dessa forma, o objetivo do presente trabalho é examinar se o culto a Eostre pode ter sido ressignificado pela Páscoa cristã na Inglaterra do século VII.

Considerando as limitações da inexistência de qualquer outra fonte específica sobre Eostre além da menção em *De Tempora Ratione*, para analisar a hipótese de ressignificação do culto dessa deusa, ampliar-se-ão os caminhos de investigação partindo das proposições de Le Goff (1990: 465) ou Marc Bloch, o qual enuncia que “tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2001: 79), por isso, além dos registros eclesiásticos de Beda, serão utilizadas também evidências da linguística e da arqueologia.

A linguística histórica e o método comparativo com a análise de palavras cognatas possibilitam o estabelecimento de relações entre línguas, fazer inferências sobre a cultura material e imaterial de seus falantes, bem como localizá-los geograficamente mapeando processos migratórios e relações com outros grupos (GALUCIO, 2010: 797-798). Assim, por meio da formação das línguas germânicas antigas, que deram origem ao alemão e ao inglês, buscar-se-á explorar relações etimológicas que auxiliem na compreensão de Eostre,

como a formação de seu nome, sua classificação gramatical, registros de possíveis usos, palavras cognatas e a relação com o nome das matronas *Austriahenae*, evidências arqueológicas encontradas em Morken-Harff, na Alemanha. Por fim, serão consideradas as resoluções da Igreja para a Inglaterra. Ainda que outras questões possam ser levantadas a partir do presente trabalho, que é a apresentação do resultado da pesquisa desenvolvida durante o mestrado, salienta-se que foge ao objetivo do mesmo examinar as demais religiosidades pagãs na Germânia ou Britânia que não estejam relacionadas com Eostre, ou sua cognata Ostara, das quais se falará a seguir.

### **Eostre e Ostara**

Após constantes invasões e a queda do Império Romano, nos séculos V e VI, os territórios da atual Inglaterra receberam a migração das tribos germânicas, como: os vândalos, os anglos, os saxões, os jutos, os frísios e os francos (cf. BEDA, *Historia ecclesiastica gentis Anglorum* I, XV; HINES, 1999: 93), posteriormente, conhecidos apenas como “anglo-saxões”. O estabelecimento dessas populações influenciou a constituição da língua inglesa, desenvolvida a partir de dialetos germânicos, originalmente falados na costa da Frísia, da Baixa Saxônia e de Jutland. Segundo Crystal (2003: 6), isso significa que a língua inglesa advém de uma matriz formada com a influência do latim, do franco e, principalmente, dos dialetos germânicos, desenvolvimento este que pode ser observado na tabela abaixo:

DE EOSTRE A EASTER: RESSIGNIFICAÇÃO DE UM CULTO PAGÃO NA INGLATERRA MEDIEVAL?

Tabela 1: Evolução no tempo dos grupos das línguas de raiz germânica.

2000-500 a.C.	500-1 a.C.	1-500 d.C.	500-1000 d.C.	1000-1500 d.C.	1500-2000 d.C.
Proto-Germânico	Oriental	Gótico		Gótico de Crimeia	
		Vândalo			
		Setentrional (ou Escandinavo)	Nórdico Antigo	Islandês Antigo	Islandês
	Rúnico			Norueguês Antigo	Norueguês
				Sueco Antigo	Sueco
				Dinamarquês Antigo	Dinamarquês
		Ocidental	Alto-alemão Antigo	Alto-alemão Médio	Alemão
			Saxão Antigo	Baixo-alemão Médio	Baixo-alemão
			Inglês Antigo	Inglês Médio	Inglês
			Holandês Antigo	Holandês Médio	Holandês
					Afrikaans

Fonte: Boas 2016.

Pela tabela acima, é possível ver que a língua germânica foi separada inicialmente em três grandes grupos segundo a localização geográfica: Oriental, Setentrional e Ocidental. Do ocidental adveio o Alto-alemão Antigo e o Inglês Antigo, que culminaram no Alemão e no Inglês a partir de 1500 d.C.

Além da evidência linguística, outras fontes atestam a presença dos saxões na Britânia do século V, como a *Chronica Gallica 452*, uma crônica sobre a antiguidade tardia, supostamente composta na região de Marselha por um clérigo ligado ao pelagianismo (cf. MOLINIER, 1901: 176); o *De Excidio et Conquestu Britanniae*, um sermão em latim dividido em três partes narrando a história britânica antes e durante a vinda dos saxões, escrito no século VI pelo monge Gildas e *Historia ecclesiastica gentis Anglorum*, terminado ca. 731 d.C. (cf. FARMER, 1978: 21), que propõe uma história da Igreja na Inglaterra e identifica em I, XV os imigrantes como “anglos, saxões e jutos” advindos das áreas da atual Alemanha, Dinamarca e Holanda.

Da fonte arqueológica, existem os achados dos primeiros cemitérios “anglo-saxões” datando do início do século V (JONES, 1989: 308-309). Além de objetos encontrados (como roupas, joias, armas, panelas e objetos pessoais que se referem ao continente), a evidência física esquelética demonstra, no período pós-romano, o aparecimento de um novo

tipo físico de homens, mais finos e mais altos do que os homens nos cemitérios romano-britânicos adjacentes (FORD, 2002: 106).

A partir disso depreende-se que as evidências da linguística, de documentos escritos e da arqueologia atestam uma migração de germânicos para a ilha da Grã-Bretanha, o que ratifica a relação entre o inglês e alemão oriundos de um mesmo tronco linguístico proto-germânico e a possibilidade de identificação do comportamento cognato das palavras *Easter* e *Ostern*, Páscoa no inglês e alemão, e as relações linguísticas entre Eostre e Ostara.

Jacob Grimm, por exemplo, examinou as formas primitivas de mitologias presentes na Alemanha no século XIX (SHIPPEY, 2005: 23) e, entre suas análises, em *Deutsche Mythologie* (GRIMM, 1882: 290), defendeu a proposição de Beda e a existência de um antigo culto a uma deusa chamada Ostara, cognata da anglo-saxã Eostre, a partir do termo *ôstarun* dos dialetos do sudeste no Alto-alemão Antigo, que seria etimologicamente ligado a *Ôstar* (cognato de *Austr* e *Eástor*), significando “movimento em direção ao sol nascente”. Em suas palavras, “Ostara, Eástre parece, portanto, ter sido a divindade da aurora radiante, da luz da primavera, espetáculo que traz alegria e benção, cujo significado pode ser facilmente adaptado ao dia da ressurreição do Deus cristão” (GRIMM, 1882: 291, tradução nossa).

A associação de Eostre e Ostara com o amanhecer advém do nascer do sol na direção leste, pois o nome Eostre estaria etimologicamente relacionado com as palavras *east* e *ost* (leste), que têm cognatos na maioria das línguas germânicas. Além disso, devido à vinculação com o mês *eosturmonath*, Grimm afirma que a divindade está ligada a um “amanhecer do ano”, concluindo, portanto, que Eostre era uma deusa relacionada à primavera, já que o mês de abril (*eosturmonath*), que coincidia com a entrada da primavera no hemisfério norte, era dedicado a ela.

Essa Ostara, bem como a Eostre, na religião pagã deve ter denotado um ser superior, cujo culto foi tão firmemente enraizado, que os catequizadores cristãos toleraram o uso do nome, e aplicaram-no a um dos seus próprios aniversários grandiosos [Páscoa] (GRIMM, 1882: 290, tradução nossa).

A conclusão de *Deutsche Mythologie* (GRIMM, 1882: 291) para o fato de que entre os povos nórdicos (e aqueles que fazem fronteira com a Alemanha), a Páscoa ser nomeada a partir do radical *pascha* (um empréstimo do bispado italiano de Cologne, na Lombardia,

DE EOSTRE A EASTER: RESSIGNIFICAÇÃO DE UM CULTO PAGÃO NA  
INGLATERRA MEDIEVAL?

de onde originou, por exemplo, o nórdico *Pâskir*, o sueco *Pask* e o dinamarquês *Paske* (FRINGS; MÜLLER, 1968: 38) é que, provavelmente, entre eles não existiu uma adoração à deusa *Austra* (nome de que derivaria Eostre e Ostara) ou seus cultos já estavam extintos na época da cristianização.

Também em defesa de Beda, contra aqueles que o acusavam de ter inventado a relação etimológica, Billson (1882), quase um contemporâneo de Grimm, indaga se “não seria acrítico impor a este eminente Pai da Igreja, que mantém o paganismo sempre à distância, de nos dizer menos do que sabe, [impondo] o fardo de inventar esta deusa” (BILLSON, 1882: 448, tradução nossa).

Para Watkins (2006: 2021), *Ēostre*, no inglês moderno *Easter*, deriva da forma proto-germânica *\*austrōn*<sup>4</sup>, que significa “amanhecer”, palavra descendente da raiz proto-indo-europeia que significa “brilhar”. Assumindo Eostre como uma deidade, o argumento de Watkins pode ser desenvolvido pela mesma lógica do de Grimm, uma vez que as palavras “amanhecer” e “brilho” estariam vinculadas a um mês específico do ano, que é a primavera, poder-se-ia supor que Eostre estivesse ligada a essa estação.

Frings e Müller (1968: 38-39) mencionam que *ôstarun*, do Alto-alemão Antigo, e *ēastre*<sup>5</sup> do Inglês Antigo, refletiriam o nome de um festival tradicional que ocorria durante a primavera (derivado de uma deidade ou não) na Inglaterra e em algumas partes da Europa. Já para explicar a manifestação do nome Ostara em território alemão, Green (apud SHAW, 2011: 54) propõe uma abordagem bastante diferente de outras, afirmando que o termo *ôstarun* foi desenvolvido devido à presença dos clérigos anglo-saxões na Germânia, que teriam trazido a palavra *ēastre* do Inglês Antigo.

A área de uso de *ôstarun*, de acordo com Frings e Müller (1968, p.39), aponta para a diocese de Mainz, na Alemanha. Segundo Shaw (2011, p.54), Bonifácio, que operou em Hesse e Turíngia (e que, posteriormente, se tornou bispo de Mainz), repetidamente pedia cópias dos trabalhos de Beda em suas cartas para Nortúmbria (incluindo pedidos da obra *De Tempora Ratione*), ou seja, para Green, havia trabalhos de Beda em território alemão e

---

<sup>4</sup> O “\*” na frente de uma palavra, dentro da linguística moderna, indica que a palavra não foi observada em nenhum texto antigo, mas que é uma reconstrução plausível se considerados os elementos linguísticos da época.

<sup>5</sup> O “ē” indica uma vogal longa no Inglês Antigo.

isso teria causado a adoção do termo na Germânia, juntamente com o trabalho de cristianização da região.

Contudo, a suposição de que os clérigos ingleses ou os trabalhos de Beda tivessem causado o desenvolvimento do termo *ôstarun* nos territórios da atual Alemanha se mostra frágil na medida em que há evidências de uma migração do continente para a ilha da Grã-Bretanha e, além disso, as placas votivas dedicadas às *Matronae Austriahenae* (datando entre os séculos I e III, descobertas em 1958) podem ser etimologicamente relacionadas à Eostre e Ostara, denotando que já havia o uso do radical que formou o nome das deusas na Germânia antes da chegada dos clérigos ou dos trabalhos de Beda do século VIII. Portanto, seria mais plausível inferir que os germânicos levaram suas religiosidades para a ilha, e que alguma delas posteriormente teria sido ressignificada pela Páscoa cristã, do que conjecturar que os trabalhos de Beda tenham suscitado o uso da palavra *Ostern* no continente sem a existência prévia de uma ligação com a palavra. Caso a proposição de Green estivesse correta, seria lógico que o nome da Páscoa seguisse o mesmo caminho de nomenclatura dos locais cuja cristianização foi posterior ao século VII, como é o caso do nórdico *Pâskir*, do sueco *Pask*, e do dinamarquês *Paaske*, entre outros derivados de *pascha*.

Além dos relatos de Beda e das demais análises linguísticas debatidas, não existe até então nenhuma evidência da existência do culto específico a Eostre ou sua cognata Ostara. Por esse motivo, para auxiliar e fundamentar a reflexão acerca da ressignificação da Páscoa, serão abordadas as análises do linguísta Philip Shaw, que fez uma relação entre as informações de Beda sobre Eostre e as evidências arqueológicas das *Matronae Austriahenae*, na Alemanha, definidas na seção a seguir, antes dos debates etimológicos.

### **As *Matronae Austriahenae***

Em 1958, nas margens dos rios Erft e Rur, em Morken Harff (atual distrito de Kaster, cerca de 40 km de Colônia, na Alemanha), foram descobertas três placas intactas dedicadas às *Matronae Austriahenae* e mil outros fragmentos de altar datando de 150 d.C. a 250 d.C. (KOLBE, 1960: 50).

## DE EOSTRE A EASTER: RESSIGNIFICAÇÃO DE UM CULTO PAGÃO NA INGLATERRA MEDIEVAL?

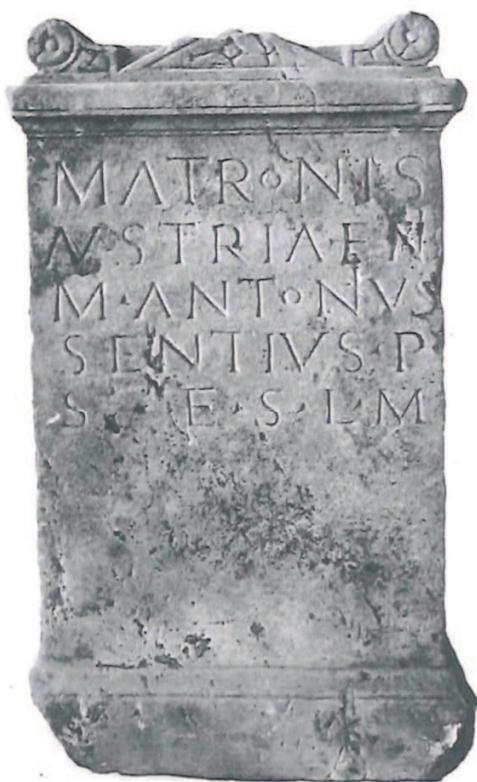
Figura 1: Exemplos de fragmentos dos altares das Matrona. Atualmente no *Rheinisches Landesmuseum* em Bonn, na Alemanha (número de inventário 58.682-999)



Fonte: Kolbe (1960: 20 (anexos))

De acordo com Kolbe (1960: 52), entre todas as placas localizadas, constatou-se que algumas peças foram feitas em arenito amarelo ou vermelho e outras em pedra calcária branca-acinzentada. O estado de preservação variou de acordo com a pedra e o material: os arenitos demonstraram melhor conservação sob os efeitos do depósito de lama, ao passo que as pedras calcárias manifestaram uma superfície enferrujada e descolorada devido aos efeitos do intemperismo. Abaixo segue a imagem de um dos altares intactos e sua reconstrução gráfica:

Figura 2: Esquerda: Fotografia do altar original. Direita: Desenho do altar original, com a transcrição Matronis / Austriahenis / M. Antonius / Sentius p(ro) / s(e) et s(uis) / l(ibens) m(erito). No museu de Bonn sob o inventário 58.683 do Museu de Bonn



Morken-Harff (S. 50 ff.) Nr. 2.

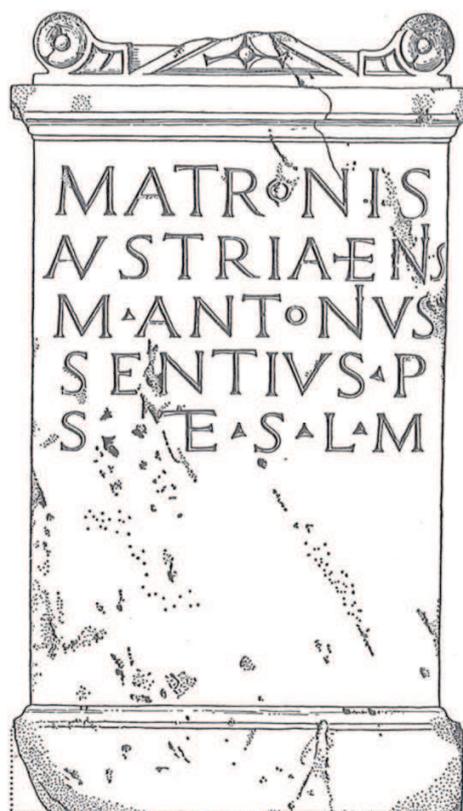


Abb. 3. Inschrift Nr. 2.

Fonte: Kolbe (1960: 14; 55 (anexos))

Kolbe (1960: 55) afirma que o altar da imagem acima foi confeccionado em arenito branco nas medidas de 74 cm de altura, 43,5 cm largura e 23 cm de profundidade. A altura da letra da linha 1 é de 4,3 cm e da linha dois em diante é de 3,5-3,8 cm. A placa apresenta uma faixa horizontal que se destaca da base com duas rosetas adornando as laterais. No centro, uma *gable* (parede ornamental triangular) adornada com uma roseta ao centro.

Da última parte da inscrição *s(e) et s(uis) / l(ibens) m(erito)*, pode-se inferir do latim o seguinte texto: “enviadas em nome de si mesmo e da própria, de bom grado e devidamente” à matrona *Austrihenae*. Kolbe (*loc. cit.*), afirma que *Sentius* refere-se a um nome de família ou de um clã que tem cognato no norte da Itália. Já Weisgerber (1962: 113-121, *passim*) indica que *Sentius* tem uma raiz de um nome céltico-germânico

construído a partir da combinação da palavra *sentō/sinþa* (versões germânica e pré-celta) que significam “caminho”. Kolbe e Weisgerber indicam ascendência romana ao nome *M. Antonius*. Com isso, pode-se notar que, além dos votos à deusa, encontra-se na placa um tipo de “assinatura” do adorador (caso de *M. Antonius*), designado originalmente em alemão pelo termo plural *dedikaten*, que pode identificar um indivíduo, um adorador específico, um clã, uma tribo, uma família ou uma região. E, a partir do estudo desses nomes, percebem-se algumas nuances sobre os adoradores das matronas, áreas de proeminência do culto, casamentos e miscigenação de populações.

O exame de Weisgerber (1962: 108-112) sobre as *dedikaten* em diversas placas votivas das *Matronae Austriahenae* revela a prevalência de nomes romano-mediterrâneos (eventualmente membros do exército romano na Germânia) e nomes romanos em versões germânicas ou celtas, indicando que o perfil de adoradores de *Austriahenae* era composto por um misto das tribos germânicas, celtas e das populações romanas que estavam presentes no baixo-reno desde a Guerra das Gálias (ca. 50 a.C.), quando Júlio César fez uma aliança com a tribo dos úbios para atacar alvos na outra margem do rio Reno, aliança esta, inclusive, que culminou na fundação de uma cidade de veteranos chamada Colônia, sob a tutela de Agripina, a Jovem, imperatriz e consorte romana de 49 d.C. a 54 d.C. (TÁCITO, *Germania* 28). Do estreitamento das relações dos romanos com as tribos locais adveio uma população mista de soldados, de comerciantes e de nativos, que combinaram diferentes fatores culturais e crenças.

Por meio das *dedikaten* também foi observado que o culto às matronas teve maior influência de nomes romanos na cidade de Colônia (zona com maior porcentagem de romanos em território úbio) e, mais distante dos aglomerados urbanos, as *dedikaten* eram caracterizadas por nomes celtas e germânicos, muitos deles “romanizados”, demonstrando uma assimilação uniforme dos romanos no local. De acordo com Weisgerber (1962: 31), essa constatação é apoiada também pela nomenclatura de topônimos (nomes de lugares, de morros, de ruas, localizações etc.) nessa região.

Segundo Biller (2016), adoradas como divindades, as matronas estiveram intimamente relacionadas com o mundo espiritual dos úbios marcando, especialmente, relações de pertença. Pelos achados arqueológicos, constata-se a existência de várias categorias de matrona (como *Matronae Alaferchuiæ*, *Matronae Austriahenae* e outras),

cada uma relacionada a um grupo e área específica. Seus nomes eram relacionados à natureza, como as *Matronae Alusneihae*, as matronas do “amieiro”, ou possíveis atribuições da deusa, como as *Matronae Gabiae*, termo que pode ser traduzido como “matronas generosas”, e nomes de grupos específicos com demarcações geográficas, como o das *Matronae Austriahenae* que, devido à *dedikaten Austriates* entre as placas votivas, foi relacionado por Weisgerber (1962: 132-134) ao “grupo” dos *Austriates* que, etimologicamente, pode ser relacionado com os *Austrogoti*, *Austrassii* e *Austrechilds*, nomes de grupos relacionados com “östlich” (*leste* em alemão), pela compilação do sânscrito \*aus(t)ra- que indica também brilho e brilhante. Devido ao fato de que não foi localizada nenhuma evidência da matrona *Austriahenae* a nordeste ou a oeste do rio Rur, Weisgerber concluiu que esse grupo esteve relacionado ao leste deste rio.

Spickerman (2008: 314) afirma que, mesmo que a devoção às matronas tenha sofrido influência da adoração das divindades romanas (como Júpiter, Juno, Minerva, Mercúrio etc.) ou de tradições celtas, o culto mostrou-se preponderante no período dos séculos de I a III na região do atual estado da Renânia Norte-Vestfália (na Alemanha), na medida em que, das 1600 inscrições votivas encontradas, mais da metade eram dedicadas a elas.

Em um raio de 10 km de distância ao sul do sítio arqueológico de Morken-Harff, por exemplo, foi encontrado um número bastante reduzido de dedicatórias com referência à *Matronis cifinis*, ao deus romano Mercúrio e às *Matronae Vatviae* ou *Vatviabus* (WEISGERBER, 1962: 125-127). Isso significa que o culto de *Austriahenae* era majoritário na região, sobretudo considerando que cada grupo prestava adoração a um grupo de matronas específico (vale salientar que *Austriahenae* é a única placa cujos votos eram dedicados a apenas um nome).

No entanto, o fato de as evidências atestarem a popularidade das matronas também nos coloca diante de dois problemas fundamentais: 1. A falta de fontes tradicionais que tratam do culto: Em *Germania*, Tácito descreveu cerimônias religiosas e adoração de divindades germânicas em bosques sagrados, mas não se estendeu em detalhes (TÁCITO, *Germania* 39-40), deixando em aberto várias questões acerca da religiosidade local. Biller (2016), por exemplo, afirma que os ritos religiosos associados a essas deusas eram, em certa medida, semelhantes aos dos romanos para com suas imagens: havia representações

em pedras consagradas, em que o adorador oferecia sacrifícios (em alimentos e matérias perecíveis não detectáveis atualmente), mas não há grandes avanços em detalhes. 2. As evidências arqueológicas do culto às matronas foram encontradas apenas nos últimos 100 anos. A descoberta do sítio arqueológico de Morken-Harff, por sua vez, data de 1958, o que a torna relativamente recente. Segundo Biller (2016), no final dos anos 80, um colóquio organizado por especialistas nos povos úbios debateu aspectos arqueológicos, estilísticos, epigráficos e linguísticos acerca do culto das matronas. O material, no entanto, não foi publicado, ou seja, muitas análises sobre o assunto continuam em aberto.

Essas breves asserções sobre o mundo das matronas tiveram o intuito de apresentar *Austriahenae* (divindade à qual foram devotadas as placas discutidas nesta seção), que é o elemento de cultura material cujo nome pode ser etimologicamente vinculado à Eostre, correlações estas que serão tratadas a seguir.

### **Relações Etimológicas de Eostre**

Considerando que não há nenhuma evidência material específica de Eostre e o único registro de um possível culto pagão a essa deusa em território inglês provém do século VIII com o relato de *Tempora Ratione*, discutiremos aspectos de uma investigação etimológica acerca do nome Eostre, bem como sua vinculação com o nome das matronas *Austriahenae*.

Grimm, em *Deutsche Mythologie* (1882: 290), e posteriormente outros autores, defendem que a Eostre relatada por Beda teria sido uma deusa da primavera devido à relação de seu nome com o leste, de forma que a relação do nome da deusa com esse posicionamento geográfico será a primeira relação a ser tratada.

No Inglês Antigo encontra-se *ēast* (leste) como cognato *ōst* no Alto-alemão Antigo e *ōst* no Saxão Antigo (SHAW, 2011: 55). Apesar de essas palavras aparentemente serem similares com o nome da deusa, o fato de Eostre, bem como Ostara, terem um /r/ após o /st/, segundo Shaw (2011: 56), pode denotar uma relação com o latim *aurora* e outras raízes indo-europeias relacionadas. De acordo com essa interpretação, tem-se a raiz *\*aus-r*, com o /t/ sendo introduzido posteriormente, como pode ser observado na forma *Austriahenae*, derivada da raiz *\*austra* (na língua proto-germânica do século I d.C.).

Ainda de acordo com Shaw (2011: 56), a verificação da classificação gramatical da palavra *ēast* no DOE (*Dictionary of Old English*), através das formas flexionadas (ou seja, que variam a terminação), não apontou para o uso da mesma como substantivo *forte* (por exemplo, “*o leste*”) ou para um substantivo *putativo* (um advérbio usado como substantivo), mas sim para o uso de *ēast* como advérbio. Dos textos do Alto-alemão Antigo há evidências de um raro adjetivo *ōstar*, palavra esta que era mais comumente utilizada como um advérbio.

Shaw também argumenta que um adjetivo ancestral comum dessas linguagens que poderia se comportar como um nome (substantivo), teria se desenvolvido como advérbio em um período no qual a maior parte dos textos de Nórdico Antigo foi produzido, com poucas frases convencionais contendo formas inflexionadas, o que indicaria o desenvolvimento de um adjetivo/substantivo *austr*, que poderia não ser um cognato do substantivo *ēast* do Inglês Antigo, já que o /r/ de *austr* não é temático, mas forma parte do tronco da palavra, que aparece também nas formas do genitivo e dativo, ou seja, se esse /r/ faz parte do tronco da palavra, não é suposto que desapareça na passagem entre línguas, como o Nórdico Antigo *eitr* (“veneno”; do genitivo singular *eitrs*), que não corresponde a um Inglês Antigo *\*āt* (genitivo singular *\*ātes*), mas sim a um Inglês Antigo *āttor* (“veneno”; genitivo singular *āttres*).

Se *ēast* estava relacionada com um advérbio e não com um nome, há a possibilidade de que tenha existido outra palavra que poderia ser relacionada com Eostre, e Shaw (2011: 58) propõe ser *\*ēastor* no Inglês Antigo, possivelmente cognata do Nórdico Antigo *austr*, o que poderia auxiliar na elucidação etimológica de Eostre (e *Austriahenae*), já que um /r/ temático está presente em ambos os nomes. Shaw conclui, dessa maneira, que Eostre não está necessariamente ligada à palavra *ēast*, porém, mais provavelmente, à palavra *ēastor*, e a ligação com *Austriahenae* viria por meio de *austr*, cognato *\*ēastor*, e não *ēast*.

O elemento *\*ēastor* pode estar também relacionado a nomes próprios, como, por exemplo, *Easterwine*, nome que aparece três vezes em Durham, cidade do norte da Inglaterra, no *Liber Vitae* (lista de nomes dos visitantes da Igreja), e o nome *Aestorhild* (cf. Shaw, *loc. cit.*).

Além disso, Shaw (2011: 58) aponta que pode-se vincular *\*ēastor* com um pequeno número de nomes de lugares (topônimos) no inglês dos séculos VIII ao XII, como *Eastrea*

DE EOSTRE A EASTER: RESSIGNIFICAÇÃO DE UM CULTO PAGÃO NA INGLATERRA MEDIEVAL?

(Cambridgeshire), *Eastry* (Kent), e *Eastrington* (East Riding of Yorkshire), conforme a tabela abaixo:

Tabela 2: Comprovações iniciais do topônimo de \*ēastor

Ano (todos d.C.)	Documento	Eastry, Kent	Eastrea, Cambridgeshire	Eastrington (East Riding of Yorkshire)
788	Sawyer 128	Eastrgena		
811	Sawyer 1264	Easterege (x2) Eostorege (x2) Eosterege (x1) Eosterge (x1)		
805 - 832	Sawyer 1500	Eastorege		
825 - 832	Sawyer 1268	Eastrage		
959	Sawyer 681			Eastringatun
966 (Roffe 1995: 102-8)			Estrey	
Meio para o final do séc. XII (veja Blake 1962: xlviii - xlix)	Liber Eliensis (Blake 1962: 132)		Estereie	

Fonte: Shaw (2011, p. 60, tradução nossa)

Mesmo com a possibilidade da existência de um adjetivo comparativo \*ēastra (significando, de acordo com o DOE, “situado em / virado para o leste, oriental”), indicando que a presença do /r/ em *Eastrea* e *Eastrington* pode ser atribuída tanto a *ēastra* quanto a \*ēastor, mantém-se a hipótese da associação com \*ēastor devido à presença da vogal /o/ nas primeiras formas de *Eastry*.

Ademais, considerando o relato de *Tempora Ratione*, em que a grafia do mês é *eosturmonath*, o <u> como vogal de apoio fornece uma pronúncia mais branda que o “a” de *ēastra*, concordando com “o” em \*ēastor, por isso, Shaw (2011: 60) ainda sustenta que \*ēastor parece ser a concordância mais provável para Eostre.

Na tabela acima há dados observáveis que ligam \*ēastor às regiões de *Eastrea*, *Eastry* e *Eastrington*. As formas primitivas do nome de *Eastry* em Kent denotam a grafia primitiva da região com <eo>, juntamente com algumas grafias <ea>. Shaw (2011: 64-65) aponta que a grafia mais utilizada por Beda em *Historia Ecclesiastica* é <ea>, e <eo> é a forma utilizada para se referir ao mês *eosturmonath*. A maior utilização de <ea> poderia refletir a ortografia de sua fonte, já que na Nortúmbria do século VIII, onde Beda se

encontrava, há poucos casos do uso de <eo>. Embora isso se constitua em um indicativo de que a fonte de Beda não era da localidade em que ele se encontrava, os dados não trazem vestígios da origem das suas fontes, sobretudo considerando que Eastrý (Kent)<sup>6</sup> também já utilizara <eo> anteriormente, assim como possivelmente outras partes da Inglaterra.

No entanto, um dado que reforça a ligação de Eostre com Kent e, mais especificamente, com Eastrý, é que, segundo Brooks (*apud* Shaw, 2011: 65), Beda recebia material de Kent para compor a *Historia Ecclesiastica*, portanto, já poderia ter contato com as fontes dessa região quando compunha *De Tempora Ratione*.

O entrelaçamento de tradições de nomes divinos com localidades específicas e nomes pessoais também ocorre nas evidências dos cultos de matronas germânicas. As matronas *Austrihenae*, por exemplo, foram associadas a um posicionamento geográfico situado a leste em relação a outros grupos ou, a leste do Rio Rur devido à associação com a *dedikaten* do grupo dos Austriates, nome que também está relacionado ao leste, como sugeriu Weisgerber (1962: 134). A qualidade “local” é um dado importante no culto das matronas, bem como a relação de pequenos grupos com suas próprias deusas, referência essa, portanto, que não deve ser obscurecida ao tentar estabelecer relações mais profundas.

No entanto, [...] não devemos perder de vista seus epítetos e as formas com que os devotos se referem a elas em diferentes contextos geográficos e sociais, procuramos localizá-las em relações tribais e sub-tribais de grupos sociais e suas localidades (SHAW, 2011: 63, tradução nossa).

Além disso, foram encontrados locais que funcionavam como uma espécie de templo que centralizava o culto de algumas matronas (Biller, 2016). Apesar de não ter sido encontrado, acredita-se ser provável que houvesse um templo dedicado à *Austriahenae* nas vizinhanças do sítio arqueológico próximo de Morken-Harff, onde as pedras votivas foram encontradas.

A associação com pequenos grupos dos *Austriates* vinculados com “leste”, juntamente com os outros significados advindos do radical que originou a palavra (como “aurora”, “amanhecer” e “brilho”) parecem corroborar com a interpretação de que *Austriahenae* e Eostre possam estar relacionadas às palavras cuja semântica pode ser ligada à primavera, como aponta Shaw (2011: 56), que as relaciona pelo radical *austr*, ligado a

---

<sup>6</sup> O Inglês Antigo era dividido em quatro regiões, cada uma com seus dialetos: Kentiano, Nortúmbriano, Merciano e o Saxão Ocidental. Beda se encontrava na Nortúmbria.

## DE EOSTRE A EASTER: RESSIGNIFICAÇÃO DE UM CULTO PAGÃO NA INGLATERRA MEDIEVAL?

“amanhecer”, “aurora” e “brilho”, dado por *\*aus-r*, com o /t/ sendo introduzido posteriormente, ou, segundo apontado por Harper (2015) e Watkins (2006: 2021), a compilação do sânscrito *\*aus(t)ra-* que (“brilho”, “brilhante”), relacionado com palavra *\*austron-* (“amanhecer”), do radical *\*aus-*, raiz proto-indo-europeia que significa “brilhar”.

Shaw (2011: 64) ainda acrescenta a possibilidade de uma conexão muito antiga advinda de um estrato do desenvolvimento das línguas indo-europeias (que precede as proto-germânicas) que poderia ligar nas línguas germânicas *east* e os seus derivados com o “amanhecer”. Por exemplo, o latim utiliza *oriens* para significar tanto “leste” quanto “amanhecer”, este último também chamado de *aurora* (que pode ser ligado a *austr*). Há uma relação etimológica entre essas palavras que derivam “leste” com cognatos nas línguas germânicas e elementos da semântica da primavera, mas não há evidências conclusivas para esse caso.

Eostre e *Austriahenae* são termos etimologicamente similares, não apenas porque estão diretamente relacionados um com o outro, mas porque podem refletir padrões similares de práticas de nomeação nas línguas germânicas primitivas. O fato de os topônimos primitivos anglo-saxões terem relação com o termo *\*ēastor* ao se referirem às áreas locais (como no caso de *Eastry*) e, talvez, a grupos locais (como no caso de *Eastrington*), parece dar suporte à compreensão de Eostre como uma deusa associada a um grupo e/ou área específica, mesmo fundamento do culto às matronas.

Quanto ao caráter local, ao se partir do pressuposto de que o culto a Eostre refletiria os mesmos padrões de comportamento do culto das matronas, poderia se interpretar, como sugere Brooks (apud Shaw, 2011: 65), que *Sturry* e *Lyminge* podem ser relacionados aos termos *Burhwarawald* e *Limenwarawald*, o que implica os grupos conhecidos como os *\*Burhwara* (“habitantes da área de *burb* [Canterbury]”) e *\*Limenwara* (“habitantes da área do rio Lymne”). Assim, parece provável que os habitantes da região de *Eastry* pudessem ser denominados *\*Ēastorwara* (“habitantes da área oriental [eastern, leste]”). Tal agrupamento social local, abaixo do nível de reino ou tribo, se oferece como um análogo plausível para os agrupamentos dentro dos quais os cultos às matronas operavam.

Nada disso prova qualquer ligação específica entre Eostre e *Eastry*, claro, mas isso é um argumento para a existência de grupos e agrupamentos sociais relativamente de pequena escala na Inglaterra pré-cristã, que muito possivelmente tinham as suas próprias deusas, específicas de grupo locais

– e Eostre poderia muito bem ser uma destas deusas (SHAW, 2011: 67, tradução nossa).

A partir dos estudos de Shaw, pode-se concluir que Eostre provavelmente não é “uma invenção etimológica”, e tampouco é uma deusa anglo-saxã que recebia um culto generalizado. Se o culto existiu, foi bastante localizado em uma pequena região da Inglaterra, o que se pode supor ser a razão pela qual a etimologia proposta por Beda tenha causado tanta polêmica, pois se a adoração a essa deusa não existiu em outras partes da Inglaterra, era natural que a vinculação com o mês causasse o estranhamento que, durante séculos, colocou em cheque suas afirmações de *Tempora Ratione*.

Beda teria sido o responsável por disseminar para outras localidades, dentro e fora da Inglaterra (com a disseminação do cristianismo e de seus textos), o nome do festival e do mês através do tratamento de abril em *De Tempora Ratione* – feito com análises de elementos de caráter de uma área específica do território britânico. Sendo os trabalhos de Beda de importância fundamental para o período, o nome de Eostre (uma possível deidade de Kent, como sugerido acima) foi difundido para outras localidades que não tinham essa adoração, no entanto, sem que isso significasse a adoção do nome em outras regiões nas quais o culto não existia. Levando em consideração que a relação etimológica com o radical que forma a palavra Eostre já existia anteriormente na Germânia com o culto às matronas, é coerente pensar que a difusão de Beda foi apenas da informação.

Sumariamente, pelas análises etimológicas, o termo Eostre estaria ligado à *ēastor*, que denota não um advérbio, mas um nome. É possível, por conseguinte, fazer algumas conexões com topônimos e nomes próprios. A relação com o radical *austr*, com cognato na língua germânica, permite fazer associações com as inscrições votivas romano-germânicas das matronas *Austriahenae*, que podem prover alguns modelos gerais úteis, sugerindo paralelos entre a estrutura básica de cultos e a nomeação com base geográfica (e, possivelmente, uma base social), bem como estabelecer as possíveis conexões com a semântica da primavera.

Eostre – e talvez, portanto, também outras deidades anglo-saxãs – parece ter sido definida, principalmente, por seu relacionamento com um agrupamento local. E, se Eostre pode ser entendida dentro do quadro de deusas locais, associadas com agrupamentos

sociopolíticos tribais, levantam-se questões sobre a relação do mês conectado com seu nome e o festival da Páscoa tal como proposto por Beda, a ser tratado na seção a seguir.

### **As determinações de resignificação da Igreja**

Esta seção versará sobre as resoluções de resignificação outorgadas pelo Papa Gregório I para a Inglaterra do século VII, iniciando pelo contexto de cristianização em que ocorreram.

Não é claro quando exatamente a Igreja chegou à Britânia, uma área do sul da Ilha da Grã-Bretanha que esteve sob o domínio do Império Romano *ca.* 43 d.C. a 409 d.C. Pela relação dos bispos da Britânia presentes no sínodo de Arles de 314 d.C. (Munier, 1963: 597), depreende-se o desenvolvimento de um sistema diocesano habitual na região.

Após a queda do Império e o abandono dos cargos eclesiásticos na região, não há muitas informações do cristianismo no território britânico até a missão de Agostinho e a “re-cristianização” da Grã-Bretanha, processo este que se iniciou com memoráveis trocas de presentes entre a Igreja e os “novos” governantes, sobretudo o rei Æthelberht<sup>7</sup> que, segundo Brown (1996: 223-224), visava a incorporação da religião, já popular na Irlanda e Gália, a fim de obter mais prestígio para manutenção de seu estilo de senhorio local. O Papa Gregório I, por sua vez, almejava a uma rápida cristianização da região e a restauração da estrutura de bispados que lá existira anteriormente. Para a execução dessa missão, o escolhido foi Agostinho, conhecido como Agostinho de Canterbury (ou da Cantuária), prior no mosteiro de Roma. Acompanhado de Laurence de Canterbury (que seria posteriormente seu sucessor) e um grupo de cerca de quarenta companheiros, incluindo monges e “leigos”, aqueles que ainda não haviam feito os votos, Agostinho partiu para a Britânia em 596 d.C. (THOMPSON, 1969: 55).

Logo após deixar Roma, os missionários, assustados com a natureza da tarefa, requisitaram que Agostinho solicitasse a permissão do Papa para retornarem. Recusando, Gregório enviou Agostinho de volta com cartas de estímulo (BLAIR, 2003: 116-117). Após o desembarque da missão em Kent em 597 d.C., eles se estabeleceram em Canterbury com

---

<sup>7</sup> Æthelberht reinou de 590 d.C. a 616 d.C. e foi casado com a princesa cristã Bertha, filha de Charibert I, rei de Paris.

a autorização do rei Æthelberht. Em 601 d.C.<sup>8</sup>, descontente com o pouco avanço da missão, o Papa Gregório enviou uma carta ordenando que se destruíssem todos os templos pagãos daquela região (MACKLEY, 2012, p.3). Mas, menos de um mês depois, o pontífice mudou sua resolução e, em uma carta para o abade Mellitus (mais tarde Bispo de Londres e arcebispo de Canterbury), pediu para que Agostinho fosse instruído a se apropriar dos templos pagãos e transformá-los em Igreja (ao invés de destruí-los), conforme registrado por Beda em *Historia ecclesiastica gentis Anglorum*:

[Carta] Para o filho mais amado, o abade Mellitus; [de] Gregório, o servo dos servos de Deus. Desde a saída de nossa congregação que está com você, estivemos muito preocupados porque não recebemos nenhum relato do sucesso de sua viagem. Quando, pois, Deus todo-poderoso te levar ao reverendíssimo bispo Agostinho, nosso irmão, diga a ele que eu determinei, após uma madura reflexão sobre o caso Inglês, que os templos dos ídolos não devem ser destruídos na nação, mas deixe que os ídolos que há neles sejam destruídos; polvilhe água benta nos referidos templos, e erga altares com a colocação de relíquias. Se esses templos forem bem construídos, que eles sejam convertidos, a partir da adoração de demônios, ao serviço do verdadeiro Deus, para que a nação, vendo que seus templos não são destruídos, possam remover o erro de seus corações, conhecendo e adorando o Deus verdadeiro ao retornar aos lugares que familiarmente eles estão acostumados (BEDA, *Historia ecclesiastica gentis Anglorum*, I, XXX, tradução nossa).

A partir do momento da tomada de um local, a Igreja marcaria sua presença com a destruição dos “ídolos” (imagens e qualquer objeto que remetesse a cultos não cristãos que lá houvesse), ritos de “purificação” (como a consagração com a água benta) e a colocação das “relíquias” cristãs (como a cruz, o Santíssimo sacramento etc.), instituindo, desta forma, um território próprio cristão. Não obstante, Gregório ainda ordenou que se fizesse o mesmo com festins, solenidades e sacrifícios pagãos. Tudo o que fizessem deveria ser dedicado ao “Senhor” e não mais aos “demônios”, conforme a continuação da mesma carta:

E porque eles estão acostumados a sacrificar muitos animais aos demônios, alguma solenidade [celebração] precisa ser dada a eles em troca, como aquela no dia da dedicação, ou do dia do nascimento dos santos mártires, cujas relíquias estão lá [nos templos] depositadas, eles próprios devem construir cabanas de troncos de árvores próximas a estas igrejas as quais foram tornadas para aquele uso [da Igreja] a partir dos templos, e celebrar a solenidade com banquete religioso, e não oferecer mais animais para o demônio, mas matar gado e glorificar o Senhor nesses

---

<sup>8</sup> O ano de 601 d.C. enunciado por Beda em *Historia ecclesiastica gentis Anglorum*, é contestado por vários historiadores que defendem que a carta teria sido enviada anteriormente.

## DE EOSTRE A EASTER: RESSIGNIFICAÇÃO DE UM CULTO PAGÃO NA INGLATERRA MEDIEVAL?

banquetes, e dar graças ao Provedor de todas as coisas pela sua abundância; até que, mesmo que algumas gratificações externas sejam mantidas, eles possam mais facilmente consentir com as alegrias internas. Porque não há dúvida de que é impossível cortar tudo de uma vez da natureza rude deles; porque aquele que procura ascender ao lugar mais alto, sobe por degraus ou passos, e não por saltos. [...] Isto então, caro amado, é seu dever comunicar para nosso já mencionado irmão [Agostinho], estando ele presente onde está, deve considerar como ele deve ordenar todas as coisas (BEDA, *Historia ecclesiastica gentis Anglorum*, I, XXX, tradução nossa).

Para Gregório, a princípio, deixar as populações nos ambientes e com as festas que lhes eram familiares, facilitaria o processo de conversão e a aceitação do cristianismo. De forma que, a partir da carta para Mellitus, percebe-se que Gregório não ordenou que os templos não cristãos fossem destruídos, mas sim que fossem convertidos em Igrejas e, que as celebrações pagãs continuassem acontecendo, em cabanas construídas por eles ao pé dos templos, ou conforme a tradição local (que, de acordo com a carta, seria tolerada). Na prática, segundo essa determinação, ocorreriam os mesmos sacrifícios, banquetes e formas de festividades nas datas e tal como já ocorriam, com a diferença de que seriam dedicadas ao “Senhor” ou vinculadas a algum significado cristão. De acordo com Brown (1996: 225), quando Gregório instruiu que todas as ocasiões de solenidades e festas deveriam ser dedicadas aos mártires cristãos, ele não alterava a estrutura da comemoração vigente anteriormente, “apenas” a razão da mesma. Em outras palavras, essas ordens implicariam em uma ressignificação dos locais e das tradições pagãs. O sociólogo Todd Holden (2001), a partir dos trabalhos estruturais do linguista Roland Barthes, propõe o conceito de ressignificação como um tipo particular de semiose, quando novos elementos de significados<sup>9</sup> e significações<sup>10</sup> são retirados de seus contextos originais e inseridos em outras sequências semióticas que auxiliariam em uma mutação cultural e, nesse caso, uma conversão religiosa.

---

<sup>9</sup> Segundo Barthes, significado é denominado como a “representação psíquica da «coisa» [...] o significado da palavra boi não é o animal boi, mas a sua imagem psíquica” (BARTHES, 2007: 46), ou, a “imagem” que jaz entre a linguística e o mundo “exterior” determinada por um mesmo conhecimento de mundo entre falante e ouvinte.

<sup>10</sup> A significação é concebida por Barthes como um processo que une o significante (“mediador” do significado, processo de associação a um som ou a um signo) e o significado, ato cujo produto é o signo, que é, portanto, composto por significado e significante, sendo uma fatia (bifacial) de sonoridade, visualidade etc. (BARTHES, 2007: 50-53).

Se no século VII a Igreja já era uma organização religiosa socialmente reconhecida, com leis fundamentais, regras e normas regidas por um complexo integrado de ideias e padrões de comportamento (baseados na Bíblia, pensadores cristãos e resoluções tomadas pelo conjunto em sínodos e concílios), ela poderia ser considerada uma “instituição” no sentido latino do termo *institutione*, que designa as “leis fundamentais de uma sociedade política”.

E, sendo detentora de um poder que pode ser isolado em um “ambiente próprio”, há o uso de uma “racionalização estratégica” de atuação dentro do que Certeau (1998: 99-10) chama de “lugar do poder e do querer próprio”. Considerando o conceito proposto por esse autor, que define estratégia como “o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento que um sujeito de querer e poder [...] pode ser isolado. [...]” (CERTEAU, 1998: 99), através das ordens do Papa Gregório e a comitiva de Agostinho no sul da Grã-Bretanha no início do século VII, pode-se argumentar que a Igreja determinou estratégias de imposição dos signos<sup>11</sup> cristãos em locais e comemorações pagãs, onde a gradual ressignificação dos mesmos visava à erradicação dos significados originais pagãos e a fixação da crença cristã, ainda que isso envolvesse incorporar algumas práticas pagãs que posteriormente seriam suprimidas. Essa interpretação também é compartilhada por Mackley (2012: 3), que aponta as decisões do Papa como um alinhamento “quase secreto” entre as práticas pagãs e os festivais religiosos cristãos com um plano em longo prazo de desarraigar todos os vestígios das práticas não-cristãs.

Além disso, assim como no Império Romano, o cristianismo se beneficiou da proximidade com o poder político. O código de leis promulgado por Æthelberht com a ajuda de Agostinho, estabelecia, por exemplo, que ao furto de algum patrimônio da Igreja caberia uma compensação doze vezes maior ou, “que a honra dos padres cristãos era tão sensível como a do próprio rei, e exigia uma compensação nove vezes maior que o prejuízo” (BROWN, 1996: 226). E, além disso, no reinado de Eadbald<sup>12</sup>, filho de Æthelberht, que governou Kent de 616 d.C. a 640 d.C., a legislação foi usada para determinar a destruição dos objetos de cultos não-cristãos e impor o cumprimento do jejum

---

<sup>11</sup> Cf. nota anterior.

<sup>12</sup> Eadbald enfraqueceu a Igreja nos primeiros anos de seu reinado por não ter aderido ao cristianismo. Converteu-se no final do seu reinado.

da quaresma mesmo entre povos não conversos (BEDA, *Historia ecclesiastica gentis Anglorum*, III, XVIII).

As determinações do Papa Gregório para a missão nos territórios britânicos tratadas aqui foram posteriormente estendidas para toda a cristandade. A partir de então, Brown (1996: 225) afirma que, desde a Itália até o Egito, todos os espaços pagãos poderiam ser reclamados, e a gravação de cruces nas portas de igrejas ou locais de culto servia para demarcar que os deuses pagãos tinham sido substituídos pelo cristianismo.

Dessa maneira, conclui-se que essa ressignificação foi tão efetiva e implicou, conforme o conceito de Todd Holden (2001), uma transformação cultural tão completa que a relação com um provável culto pagão anterior à deusa Eostre se perdeu inteiramente e só pode ser inferida a partir de comparações linguísticas e da análise dos vestígios arqueológicos adjacentes do culto às matronas que aqui se realizou. Nesse sentido, observa-se que a ressignificação das celebrações pagãs nas Ilhas Britânicas empreendida pela Igreja Católica foi bem sucedida em seus dois objetivos, quais sejam: cristianizar a população anglo-saxã e exterminar definitivamente, não as práticas (agora ressignificadas), mas sim as antigas crenças pagãs.

### **Considerações finais**

Tendo em vista que não existe nenhuma outra fonte sobre Eostre, para investigar a asserção levantada por Beda no capítulo XV de *De Tempora Ratione*, de ressignificação de um culto pagão pela Páscoa cristã, primeiramente, tentou-se demonstrar a possibilidade da existência de um culto a essa deusa na Inglaterra pré-cristã, através da evidência linguística.

Conclui-se que o nome de Eostre possivelmente esteve etimologicamente ligado ao nome *\*ēastor*, que forma também a base de nomes próprios e localidades nos territórios britânicos pré-medievais, apontando a relação de Eostre especificamente com o território de Eastry, denotando, assim, uma adoração bastante localizada. O mesmo entrelaçamento com nomes pessoais e localidades também é encontrado no culto às germânicas matronas *Austriahenae*, relacionadas etimologicamente com Eostre, com a sua cognata alemã Ostara e, posteriormente, *Easter* e *Ostern* pelo radical *austr*, que deu origem a essas palavras.

De forma que, devido à similaridade de padrões de comportamento e nomenclatura, a adoração das matronas *Austriahenae* pode prover um modelo geral de um possível culto à Eostre, sobretudo porque, para além da linguística, a relação de ambas é reforçada pelas diversas fontes que atestam as migrações dos povos germânicos para as ilhas britânicas nos séculos IV e V, e as placas votivas dedicadas a *Austriahenae* datam dos séculos I a III.

Partindo das análises que indicam a existência de uma adoração a Eostre, e considerando que o culto possa ter existido, passa-se para as conclusões sobre a ressignificação dessa adoração pela Páscoa cristã. Se as determinações do Papa Gregório I de apropriação dos templos pagãos e ressignificação das festividades religiosas locais foram efetivamente executadas, faz sentido que, se o mês que mais frequentemente a Páscoa ocorria, abril (ou *eosturmonath* no calendário inglês antigo), fosse dedicado à adoração de outra divindade (neste caso, Eostre), a mesma seria ressignificada para a Páscoa cristã, já que ambas ocorriam no mesmo período.

À vista disso, *De Tempora Ratione*, que foi terminado por Beda em *ca.* 725 d.C., pouco mais de cem anos do envio da carta de Gregório I, já poderia relatar os possíveis resultados das novas políticas, que implicaram em uma ressignificação do culto à Eostre pela Páscoa cristã, justificando a manutenção do nome *Easter* e *Ostern* para designar Páscoa no inglês e alemão.

### Referências bibliográficas

#### Fontes

BEDA. *De Tempora Ratione*. In: *The Complete Works of Venerable Bede*. London: Whittaker and Co., 1843.

BEDA. *Historia ecclesiastica gentis Anglorum*. In: *The Ecclesiastical History of the English People*. The Greater Chronicle; Bede's Letter to Egbert. Oxford: Oxford University Press, 1999.

GRIMM, Jacob. *Deustch Mythology*. Translated from the Fourth Edition with Notes and Appendix. Vol. I. London: George Bell and Sons, 1882-1889.

MUNIER, C. *Concilia Galliae a.314-a.506*. Turnhout: Brepols, 1963.

DE EOSTRE A EASTER: RESSIGNIFICAÇÃO DE UM CULTO PAGÃO NA  
INGLATERRA MEDIEVAL?

TACITUS, Cornelius. *Germania*. Disponível em  
<<http://www.ourcivilisation.com/smartboard/shop/tacitus/germany/chap1.htm>>. Acesso em: jan. 2016.

**Bibliografia**

BILLER, Frank. *Die Matronenverehrung in der südlichen Germania inferior*. Disponível em  
<<http://www.rheinische-geschichte.lvr.de/themen/Das%20Rheinland%20in%20der%20Antike/Seiten/Matronenverehrung.aspx#13>>. Acesso em: jan. 2016.

BILLSON, Charles. The Easter Hare. *Folk-Lore*. v. 3, n. 4, 1892.

BLAIR, Peter D. *An Introduction to Anglo-Saxon England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOAS, Hans C. [et. al.] *Indo-European Languages*. Disponível em  
<<http://www.utexas.edu/cola/centers/lrc/general/IE.html#Germanic>>. Acesso em: jan. 2016.

BROWN, Peter. *Ascensão do cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

CERTEAU, Michel de. *Artes de fazer: A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CISNE, John L. How Science Survived: Medieval Manuscripts “Demography” and Classic Texts Extinction. *Science*. v. 307, p. 1305-1307, 2005.

CRYSTAL, David. *English as a global language*. Cambridge: University Press, 2003.

FARMER, D. H. *The Oxford Dictionary of Saints*. Oxford: Oxford University Press, 1978.

FORD, W. J. The Romano-British and Anglo-Saxon settlement and cemeteries at Stretton on-Fosse, Warwickshire In: *Trans Birmingham Warwickshire Archaeological Society*, v. 106, p. 1-115, 2002.

FRANCO JR., Hilário. *As utopias medievais*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FRINGS, T., MÜLLER, G. *Germania Romana*. 2 vols. *Mittledeutsch Studien* 19, Halle: [s/l], 1968.

GALUCIO, Ana Vilacy. *A relação entre linguística, etnografia e arqueologia: um estudo de caso aplicado a um sítio com ocupação tupiguarani no sul do estado do Pará*, 2010. Disponível em <[http://saturno.museu-goeldi.br/lingmpeg/portal/downloads/publicacoes/Ana\\_Vilacy\\_2010\\_EIA.pdf](http://saturno.museu-goeldi.br/lingmpeg/portal/downloads/publicacoes/Ana_Vilacy_2010_EIA.pdf)>. Acesso em: jan. 2016.

NATHANY ANDREA WAGENHEIMER BELMAIA

HARPER, Douglas. *Online Etymology Dictionary*. Disponível em <<http://www.etymonline.com/>>. Acesso em: ago. de 2015.

HINES, John [et al]. *The place of change: studies in early-medieval chronology*. Oxbow Books, 1999.

HOLDEN, Todd. *Resignification and cultural reproduction in Japanese television commercials*. *Mc Journal*, v. 4, n. 2, abr. 2001. Disponível em: <<http://journal.media-culture.org.au/0104/japtele.php>>. Acesso em: ago. 2014.

JONES, A. H. M. El trasfondo social de la lucha entre el paganismo y el cristianismo. In: MOMIGLIANO, Arnaldo [et al]. *El conflicto entre el paganismo y el cristianismo en el siglo IV*. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

KOLBE, Hans-Georg. Die neuen Matroneninschriften von Morken-Harff, Kreis Bergheim. *Bonner Jahrbücher*, Bonn, v. 160, p. 50-124, 1960.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MACKLEY, J. S. *The Anglo Saxons and their gods (still) among us*. Apresentado em: The University of Northampton Staff Research Forum, The University of Northampton, 12 de março de 2012. Disponível em: <<http://nectar.northampton.ac.uk/4947/>>. Acesso em: dez. 2015.

MOLINIER, Auguste. Chronica Gallica ann. 452. In: Idem. *Les Sources de l'histoire de France - Des origines aux guerres d'Italie (1494)*. I. Époque primitive, mérovingiens et carolingiens. Paris: A. Picard et fils, 1901, p. 175-176.

PAGE, R. I. *Anglo-saxon paganism: the evidence of Bede*. Høfstra: Houwen and MacDonald, 1995.

SHAW, Philip. A. *Pagan goddesses in the early germanic world*. Eostre, Hreda and the cult of Matrons. London: Bloomsbury Academic, 2011.

SHIPEY, Tom. *The Shadow-walkers: Jacob Grimm's Mythology of the Monstrous*. Tempe, AZ: MRTS; Turnhout: Brepols, 2005.

SPICKERMAN, Wolfgang. Romanisierung und Romanisation am Beispiel der germanischen Provinzen Roms. In: HÄUSSLER, Ralph (Hg.). *Romanisation et épigraphie. Études interdisciplinaires sur l'acculturation et l'identité dans l'Empire romain*, Archéologie et histoire romaine. Montagnac: 2008, p. 307-320.

THOMPSON, A. Hamilton. *Bede, his life, time and writings*. Essays in commemoration of the twelfth centenary of his death. Oxford: Clarendon Press, 1969.

DE EOSTRE A EASTER: RESSIGNIFICAÇÃO DE UM CULTO PAGÃO NA  
INGLATERRA MEDIEVAL?

WATKINS, Calvert. *The American Heritage Dictionary of Indo-European Roots*.  
Houghton Mifflin Harcourt: 2006.

WEISGERBER, Leo. Der Dedikantenkreis der Matronae Austriahenae. *Bonner  
Jahrbücher*, Bonn, v. 162, p. 107-138, 1962.

Data de recebimento: 01/06/2016

Data de aceite: 25/08/2016